

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

de avaliação patrimonial é de R\$ 157.998 (R\$ 222.248 em 31 de dezembro de 2024). e) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. f) **Resultado por ação:** Política Contábil: O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade total ações ordinárias disponíveis no fim do exercício, conforme as disposições da Lei 6.404/76 (Lei das S/A.). **Composição:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício da Companhia com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	85.148	77.899
Denominador		
Número de ações (b)	277.153.889	160.775.636
Lucro por ação R\$ (a/b)	0,31	0,48

12. Instrumentos financeiros

Política Contábil: Ativos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. **Custo Amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Composição:** a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:

Nível Hierárquico	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
	4.992	6.076
Total Ativos	9.480	11.234
	4.488	5.158
Total Ativos	9.480	11.234
	-	23.576
Total Passivos	20.204	18.502
	20.204	42.076
Total Passivos	20.204	42.076

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Nível Hierárquico	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	40.280	11.673
Total Ativos	31.408	35.407
	71.688	47.080
Total Ativos	71.688	47.080
	-	2.525
Total Passivos	20.252	18.502
	20.252	21.027
Total Passivos	20.252	21.027

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil. b) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Administração monitora continuamente o nível de liquidez da Empresa, considerando os fluxos de caixa projetados e a estrutura de capital. Adicionalmente, a Empresa conta com o suporte financeiro de sua controladora SLC Agrícola S.A., quando necessário, para assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras. A Empresa não possui operações relevantes em moeda estrangeira, bem como não mantém ativos ou passivos relevantes sujeitos a variação cambial, motivo pelo qual entende não estar exposta de forma significativa ao risco de câmbio. c) **Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) **Valor justo:** Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, arrendamentos a receber, outras contas a receber, títulos a pagar, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

13. Receita operacional líquida

Política Contábil: A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguel, pelo período do arrendamento. Os impostos incidentes sobre as receitas de arrendamento, substancialmente PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 3%, são reconhecidos de acordo com a legislação tributária vigente e registrados como dedução da receita bruta. **Composição:** Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento de terras.....	12.167	15.390	98.418	94.831
Deduções, impostos e contribuições....	(444)	(562)	(3.592)	(3.461)
Receita operacional líquida	11.723	14.828	94.826	91.370

14. Despesa por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função				
Custo dos arrendamentos	(287)	(253)	(3.526)	(2.561)
Despesas gerais e administrativas	(332)	(1.070)	(915)	(1.132)
Total	(619)	(1.323)	(4.441)	(3.693)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização.....	-	-	(1.046)	(1.064)
Despesas com pessoal	(106)	(664)	(584)	(664)
Despesas de impostos, taxas e demais despesas.....	(513)	(659)	(2.811)	(1.965)
Total	(619)	(1.323)	(4.441)	(3.693)

15. Resultado financeiro

Política Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas de juros que são reconhecidos no resultado.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	3.390	571	8.559	2.226
Total	3.390	571	8.559	2.226
Despesas financeiras				
Juros passivos	(600)	(2.056)	(1)	(2)
Outras	(104)	(332)	(106)	(334)
Total	(704)	(2.388)	(107)	(336)
Resultado financeiro	2.686	(1.817)	8.452	1.890

16. Eventos subsequentes

Lei complementar nº224/2025: Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, a qual estabelece reduções lineares de incentivos e benefícios fiscais federais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, impactando diversos segmentos do agronegócio. Dentre as principais alterações introduzidas pela referida legislação, destacam-se: (i) aumento da alíquota da contribuição ao Funrural de 2,05% para 2,23%; e (ii) majoração em 10% das bases de presunção para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no regime do Lucro Presumido. A Administração da Companhia encontra-se em processo de avaliação e mensuração dos potenciais impactos decorrentes desse evento sobre suas demonstrações financeiras a partir de 1 de janeiro de 2026.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.** Porto Alegre-RS **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 07 de abril de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 01 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Arthur Ramos Arruda
Contador
CRC RS-096102/O